

## REFLEXÕES INICIAIS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E GÊNERO NO BRASIL NO SÉCULO XXI

Rita de Cassia Rocha | Lenina Lopes Soares Silva

### RESUMO

A discussão acerca do direito à educação percorre a história brasileira dos primórdios a atualidade. Ao relacionarmos o direito à educação com as questões voltadas à profissionalização e ao gênero, deve-se levar em consideração, a complexidade que envolve a problemática, configurando histórias e políticas próprias. Trata-se de um estudo exploratório sobre Políticas Públicas de Educação Profissional e Gênero no Brasil no Século XXI, desenvolvido a partir de pesquisas bibliográfica e documental. Os resultados iniciais, configuram-se em reflexões sobre os desafios que impulsionam a investigação, destacando o papel do Estado frente às políticas públicas implementadas, pós anos 90 e as exigências que emanam de conquistas dos movimentos sociais. O aporte teórico dar-se na produção de intelectuais que pensam a relação Educação e Trabalho no Brasil contemporâneo, à luz do Materialismo Histórico Dialético, pois, o estudo envolve compreensão do processo histórico, apreciação de instrumentos que legitimam a ação política do Estado frente à educação e a percepção dos atores sociais envolvidos.

**Palavras** chaves: Política Pública. Gênero. Educação Profissional.

## REFLEXÕES INICIAIS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E GÊNERO NO BRASIL NO SÉCULO XXI

### 1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre o direito à educação em nosso país é antiga e desafiadora, percorre toda a história brasileira dos primórdios aos dias atuais. Ao relacionarmos o direito à educação com as questões de formação profissional e gênero elas assumem uma dimensão gigantesca e exigem uma análise aguçada, levando-se em consideração a complexidade e diversidade que envolve a problemática, configurando histórias e políticas próprias.

Ao relacionarmos educação e gênero, inquietações surgem, provocando discussões, debates, dentre eles: a discriminação; a ausência de oportunidades igualitárias entre homens e mulheres; a inclusão e exclusão sejam da sociedade, dos processos de exercício democráticos, enfim, do exercício pleno de cidadania.

A partir das últimas décadas do Século XX, percebe-se o crescimento da produção científica nos mais diversos campos do conhecimento. Verifica-se que a produção acadêmica tem se avolumado, apresentando significativas contribuições à comunidade científica. Inventariar o legado intelectual tem sido deveras salutar aos que decidem enveredar pelo mundo acadêmico.

Segundo Rosemberg (2001), a produção de conhecimento sobre o atual desenvolvimento de políticas públicas de educação pela perspectiva da redução da desigualdade de gênero no sistema público de ensino brasileiro é ainda escassa e segue a tendência geral das pesquisas de gênero na educação, caracterizadas pela precária divulgação.

Explorar cientificamente, o cenário das políticas nacionais voltadas para Educação Profissional, com ênfase na questão de gênero, se constitui um desafio. Sendo assim, a produção de conhecimento que envolve a questão central desta investigação requer uma opção por uma abordagem metodológica que consiga traduzir ou mesmo explicar as *nuances* que envolvem as especificidades da temática. Para Minayo (2010), a escolha da abordagem metodológica é concebida como o caminho do pensamento, da construção das afirmações. Neste momento, considerando, o estágio exploratório da proposta investigativa, apresentamos, preliminarmente, informações sistematizadas, mediante pesquisa bibliográfica e documental sobre as políticas públicas de educação profissional e gênero no Brasil no Século XXI. Podemos afirmar que, inicialmente, trata-se de uma reflexão sobre a produção científica e documental acerca da temática em pauta e os desafios que ela nos impulsiona.

Após inventariar estudos acadêmicos sobre a temática em periódicos científicos nacionais, dentre eles, destacamos o inventário realizado no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, verificamos que as pesquisas voltadas a questão de educação profissional e gênero nas políticas públicas educacionais, são poucas. Dentre o número de trabalhos publicados, verifica-se que os estudos realizados são recentes. Vejamos: a) utilizando-se como descritores as palavras-chaves: políticas públicas educacionais e gênero no Brasil – encontra-se como resultado uma produção que totaliza 116 trabalhos acadêmicos, sendo 110 artigos científicos e 06 dissertações; b) utilizando como descritores as palavras-chave: políticas de educação profissional para mulheres no Brasil – encontra-se como resultado uma produção totalizando 275 trabalhos acadêmicos, sendo 263 artigos científicos, 09 dissertações e 03 livros. Esses trabalhos, em sua maioria, foram produzidos, pós anos 2000.

Ao refinar a pesquisa, para o caráter político e pedagógico, que este estudo se propõe, foram selecionados, pelo título, alguns trabalhos. Após, a leitura dos resumos, identificou-se que as pesquisas realizadas, até o momento, procuram evidenciar várias temáticas, tais como: a persistência da discriminação contra as mulheres expressas em materiais didáticos, no conteúdo

escolar e currículos; a limitação ao acesso à educação e permanência na escola, sobretudo das mulheres jovens grávidas, bem como o fracasso escolar que marca de maneira distinta a trajetória escolar de meninas; a projeção profissional das mulheres, bem como a luta pela valorização e capacidade de atuação.

Em se tratando da relação entre a Educação Profissional e gênero, especificamente, evidencia-se um dos aspectos que consideramos essencial: a dualidade. O aspecto dual que permeia as histórias a as políticas destes dois campos: no que se refere à educação profissional, destacamos a dualidade histórica, marcada pela divisão social e técnica do trabalho – “os que pensam” tem a formação geral – “os que executam” tem a formação profissional; no que se refere à questão de gênero, a divisão social e sexual do trabalho, em que as mulheres, culturalmente, foram colocadas em situação de subordinação a figura masculina e, enquanto, atuação profissional, fora relacionada às ações que se coadunam ao mundo doméstico, ao mundo do lar.

Sendo assim, percebe-se que o encontro das relações de gênero com as questões voltadas para as políticas de educação e, de forma especial, para a Educação Profissional é complexo. Pode-se também afirmar, que é antigo e novo, ao mesmo tempo: antigo – nas lutas pela garantia de direitos e, novo – nas pesquisas educacionais, uma vez que vem ganhando maior visibilidade somente em meados dos anos de 1990, frente aos avanços na sistematização de reivindicações que visam à superação, no âmbito do Estado e das políticas públicas, de uma série de medidas contra a discriminação da mulher. Tais medidas se revelam, porém, plenas de contradições entre a defesa da ampliação dos direitos e a ótica da restrição do papel do Estado nas políticas públicas sociais, entre elas a educação.

## 2 GÊNERO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÕES INICIAIS

Analisar as políticas públicas educacionais voltadas para a profissionalização e a questão de gênero, destacando o público feminino se constitui um desafio político e pedagógico: desafio político, por se considerar a garantia instituída pelo aporte legal da Constituição Federal de 1988 e demais documentos que sucedem, do direito à educação em sua plenitude aos cidadãos brasileiros e o dever do Estado, legalmente instituído, em garantir o direito à educação, permitindo o acesso, a permanência e o êxito a todos e todas, aos serviços educacionais; desafio pedagógico, pela sua essência, pois trata-se de uma ação educacional, de formação, que atende, portanto, o caráter da prática educativa, ou seja, cuidar dos objetivos e formas metodológicas e organizativas de transmissão de saberes e modos de ação em função da construção humana, refere-se, explicitamente, a objetivos éticos e a projetos políticos de gestão social. (LIBÂNEO, 2008).

Debruçar-se sobre estas questões exige uma postura de entendimento das demandas sociais e das ações governamentais, o que permite dizer que analisar política pública é analisar uma construção social em que estão presentes disputas de interesses. Conhecer as políticas educacionais representa conhecimento sobre o papel do Estado e as disputas pelo poder no seu interior e para além dele.

Por que discutir, analisar a questão de gênero, articulada às políticas públicas educacionais e de formação profissional? O que tem de significativo, de atraente, neste percurso investigativo?

Segundo ABRAMO (2000), as discussões sobre gênero e Educação Profissional no cenário escolar ainda carregam visões e representações dogmáticas sobre o tema. Entretanto, a participação dos movimentos sociais nos debates sobre cidadania, em especial do movimento feminista, e a preocupação da academia com estas questões vêm se tornando visíveis, o que pode ser percebido pelo envolvimento, cada vez maior, das diversas áreas do conhecimento, como a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia, a Pedagogia, dentre outras, uma vez que as pesquisas

sobre a temática são consideradas escassas e recentes, constituindo-se assim, um campo investigativo promissor.

Ao estudar as políticas educacionais, vai-se construindo um capital intelectual que contribui para a compreensão de como são operadas as relações entre o Estado e a Sociedade na luta pelo reconhecimento da educação como direito, nos desafios da sua oferta e organização e nos conflitos decorrentes da busca por qualidade.

Compreendendo as políticas educacionais, pode-se compreender o papel do Estado. Ao conhecer o papel do Estado, é possível conhecer o direito e suas manifestações positivas e de luta pela consagração de demandas sociais. Ao conhecer o direito, pode-se, mesmo, conhecer a sociedade e os dilemas que se travam cotidianamente entre pares ou não, por aquilo que se acredita ser para todos. Ao conhecer a sociedade, pode-se indicar mais apropriadamente qual é o papel do Estado e o que dele se deve esperar no atendimento ao que é necessário não só, mas especialmente neste caso, em termos educacionais e de formação profissional.

Ao se debruçar sobre a questão de gênero, primeiramente, se deve apontar que as pesquisas sobre gênero derivaram do próprio movimento feminista. O conceito de “gênero”<sup>1</sup>, em si, veio emprestado da gramática e se posicionou no centro do pensamento feminista, ao lado de (ou mesmo concorrendo com) outros conceitos como “patriarcado”<sup>2</sup> e “divisão sexual do trabalho”<sup>3</sup>, numa tentativa de desconstruir a histórica supremacia de gênero masculino sobre o feminino, investindo na conquista de uma igualdade política e social (ALVES, 1982).

A relação entre as questões de gênero e educação se aproximam, pois ambas tem o intuito de questionar a educação democrática para a cidadania que os Estados se propõem a desenvolver. É comum encontrar, nos vários documentos que oficializam as políticas públicas educacionais e de Educação Profissional<sup>4</sup> a condição de que a Educação é caminho para o exercício da cidadania<sup>5</sup> e que esta deve ser dever do Estado.

Na discussão sobre a formação profissional, as pesquisas apontam que nos últimos dez anos o debate é extremamente polêmico e polarizado, pois relacionam-se com às políticas públicas de emprego relacionadas as discussões de mercado de trabalho e emprego. E, quando se refere às questões de gênero as discussões ainda permanecem no terreno estrito da divisão sexual do trabalho profissional ou da divisão sexual do Poder e do Saber (HIRATA, 2003). A escassez de estudos, em parte, justifica-se pela raridade de análises densas sobre a discussão acerca da igualdade entre homens e mulheres prevista na Constituição Federal de 1988.

As reflexões sobre o atual desenvolvimento de políticas educacionais e suas consequências para os sistemas de ensino que reproduzem de alguma maneira a desigualdade de gênero não foram ainda suficientemente desenvolvidas. Nas escolas, as relações de gênero, também ganham pouca relevância entre educadores e educadoras, assim como, no conteúdo dos cursos de formação docente. Os olhos ainda são pouco treinados para ver as dimensões de gênero no

---

1 Gênero - Conceito que está presente neste texto fundamenta-se na obra de ALVES, 1982.

2 Patriarcado, segundo a literatura, o uso do termo no sentido de orientação masculina da organização social aparece pela primeira vez entre os hebreus, no século IV para qualificar o líder de uma sociedade judaica; o termo seria originário do grego helenístico para denominar um líder de comunidade (HIRATA, 2003).

3 Divisão sexual do trabalho- está na base social da opressão e da desigualdade. Em primeiro lugar, é preciso destacar que ela é histórica, ou seja, foi sendo constituída, não é imutável. Mas tem princípios que permanecem; o que modificam são as modalidades. Isso nos ajuda a pensar sobre a permanência dessa desigualdade, HIRATA( 2003).

4 Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica, o Plano Nacional de Educação como instrumentos que sistematizam e orientam a política nacional educacional. Nestes documentos, a pesar dos avanços, ainda é preciso ver as lacunas que persistem por parte do Estado em suas políticas e pesquisas

5 Cidadania, neste trabalho é entendida como prática política da vida social, apropriação e exercício consciente de direitos constitucionalmente definidos pelo Estado (ABRAMO, 2000).

dia-a-dia escolar, talvez pela dificuldade de trazer para o centro das reflexões, não apenas, as desigualdades entre os sexos, mas também, os significados de gênero subjacentes a essas desigualdades e pouco contemplados pelas políticas públicas que ordenam o sistema educacional (ROSEMBERG, 2001).

Portanto, analisar políticas públicas de educação profissional e de gênero no Brasil, é sinônimo de percepção, de identificação de quais avanços e desafios às ações governamentais tem a enfrentar para garantir esses direitos, tendo a Educação Profissional como uma importante dimensão da construção da cidadania. Desenvolver esta análise, nos remete a compreensão das relações sociais estabelecidas entre o Projeto Político de Estado e sociedade, face às mudanças de ordem conjuntural, do momento, implementadas no atual estágio do capitalismo, com os ideais do Neoliberalismo, bem como, as determinações que emanam dos organismos internacionais de financiamento.

A articulação da questão de gênero com a educação profissional no processo de compreensão das políticas públicas educacionais, exige compreensão do contexto nacional que colaborou para a introdução do gênero nas legislações e reformas federais concernentes à educação, e de forma especial, à Educação Profissional, favorecendo assim, a historicização das políticas nacionais voltadas à Educação Profissional para mulheres, identificando e compreendendo os princípios políticos e as diretrizes curriculares que norteiam os Programas e projetos voltados para o público feminino, bem como o processo de implantação e realização dos mesmos, nas instituições educacionais. Ou seja, esta análise se justifica pela necessidade de compreender os rumos seguidos pela educação brasileira contemporânea, incluindo a questão de gênero e formação profissional, a percepção de educação profissional que os atores envolvidos no processo detém, a compreensão das transformações que vêm ocorrendo no cenário sociopolítico e econômico, conduzidos pela emergência da globalização, do neoliberalismo e da revolução tecnológica.

Conforme, apontam os estudos de Hirata (2003) e CABRAL (2004), nas últimas décadas do Século XX e neste início de século XXI, se presencia a intensificação e o aprofundamento de mudanças substantivas na dinâmica do capitalismo internacional. Nesse momento três processos contribuíram significativamente para o surgimento desse novo cenário mundial: a revolução da tecnologia da informação, a crise econômica do capitalismo e do estatismo, e a expansão dos movimentos sociais (feminismo, direitos humanos e ambientalismo). A interação entre esses processos permitiu o surgimento de uma nova estrutura social dominante, com uma sociedade em rede, uma economia globalizada e também, uma cultura virtual.

É neste contexto que destacamos a relevância em discutir educação profissional e gênero. Pois, não se trata mais de uma discussão sobre qualificação profissional para o desenvolvimento de tarefas específicas relacionadas a um determinado posto de trabalho, mas da qualificação real, da profissionalização, compreendida como um conjunto de competências e habilidades, saberes e conhecimentos, que derivam de várias instâncias, dentre elas, da formação geral, profissional e da experiência de trabalho (MOURA, 2010).

Nesse cenário, coloca-se a qualificação ofertada às Mulheres na agenda de discussões sobre a responsabilidade do Estado, destacando o papel da educação, para atender todas as demandas presentes em um mundo globalizado, que exige o desenvolvimento de novas funções e de competências de longo prazo, que somente podem ser construídas sobre uma ampla base de educação geral.

Diante deste contexto, as reformas educacionais que foram e vem sendo, implantadas e implementadas, pós 1990, enquadram-se no modelo de políticas sociais de cunho neoliberal, na tentativa de enfrentamento aos desafios do mundo globalizado: garantir a qualidade e ao mesmo tempo limitar a utilização dos recursos públicos para a existência de um Estado de Bem Estar Social. Tais reformas não se constituem exclusividade do Brasil e da América Latina, elas fazem parte de um movimento internacional que vem delegando a educação à condição de estratégia

fundamental para a redução de desigualdades econômicas e sociais nacionais e internacionais. (CABRAL NETO, 2007).

Sendo assim, as proposições na área educacional, no conjunto das reformas educacionais pós 1990, em nosso país, foram estimuladas pela lógica capitalista que prioriza a demanda de mercado, a relação custo benefício, em detrimento de padrões de qualidade que foram e são enfatizados pelos movimentos sociais e entidades científicas no campo da educação.

De acordo com o pensamento de Libâneo (2008) e Cabral Neto (2007), as propostas educativas e a qualidade do ensino, pós 1990 assumiram uma nova conotação, ao se relacionar a proposta neoconservadora<sup>6</sup> que inclui a qualidade da formação do trabalhador como exigência do mercado competitivo em época de globalização econômica. A ideia é defender a educação como importante fonte de desenvolvimento econômico e propulsora do processo de reestruturação produtiva, capaz de proporcionar condições de inserção no mercado de trabalho à população inserida num contexto dominado pelas ideias da pós-modernidade<sup>7</sup> e pelas novas exigências no que se refere à formação e à qualificação da força de trabalho. Ou seja,

[...] a ideia de reformar a educação em todas as suas dimensões, tornando-a mais flexível e capaz de responder às demandas contextuais para aumentar a competitividade dos países, particularmente, daqueles em processo de desenvolvimento, para que estes possam se integrar, de forma competitiva, no mundo globalizado. (CABRAL NETO, 2007, p. 14).

Em se tratando da relação do projeto de educação básica e educação profissional no Brasil, a partir das análises de Moll, Moura, Ramos, Frigotto e Kuenzer (2010), pode-se afirmar que, esta relação, está historicamente, marcada pela divisão social e técnica do trabalho (dualidade: “os que pensam” tem a formação geral – “os que executam” tem a formação profissional) e pela funcionalidade da educação frente ao projeto político e econômico assumido pelo país. E, em se tratando das políticas de educação profissional, destaca-se que as mesmas foram construídas e reconstruídas, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>8</sup>, regulamentada pelo Decreto nº 2.208/97, mais tarde, em 2004 revogado, em função da promulgação do Decreto 5.154/2004. Para os autores, as políticas voltadas para a educação profissional no Brasil, ocupam lugar privilegiado na agenda neoliberal em decorrência das transformações no campo da economia e do trabalho. Com isso, as políticas, programas e ações governamentais têm sido pautadas pelo discurso de que a qualificação profissional e a formação técnico-profissional são estratégias para a inserção do país no grupo de nações denominadas desenvolvidas, ou seja, da inclusão dos trabalhadores no mundo do trabalho, nas mais diversas relações sociais de produção, por meio da qualificação profissional. Para os autores acima citados, mesmo reconhecendo os avanços e a capacidade de transformação inerente ao processo formativo, estas políticas, ainda, reforçam a dualidade, como tornam ainda mais precarizadas às ofertas educativas. Outro ponto de discussão para estes autores é se há ou não, em nosso país, uma política pública de Estado, seja para Educação Básica, seja para a Educação Profissional, considerando todo o processo histórico da Educação Brasileira. Ressaltando a história de implantação e desativação de diversos programas, projetos e ações governamentais sem uma sólida avaliação e, aí se incluem da formulação ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação de resultados.

6 Aprofundar na obra de LIBANEO, José Carlos(et al). Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 6 ed. São Paulo:Cortez,2008.

7 Idem 6

8 Lei nº 9394/96

Em se tratando da questão de gênero, especificamente, de educação para mulheres, é preciso considerar a histórica luta em defesa da garantia de direitos, da igualdade de oportunidades, de resistência do movimento feminista que discute o papel da mulher na sociedade. A educação profissional da mulher é um fenômeno recente na história da educação, não apenas, brasileira. Durante séculos, a mulher foi retratada, de modo geral, em uma situação de subordinação e dependência à figura masculina (pai / marido), como objeto de seus interesses (ALVES, 1982).

No momento atual, diante das conquistas advindas do processo de luta dos movimentos sociais e materializadas no aporte legal nacional e internacional, já se reconhece que a entrada da mulher na escola, no mercado de trabalho e na vida política do país, se constitui como marcos no processo de emancipação feminina e de inserção da mulher no espaço público. Porém, torna-se necessário destacar que ainda persistem muitos desafios, dentre eles, o mais cristalizado, a ampliação do horizonte feminino para além do mundo doméstico (ROSEMBERG, 2001).

Reforçando a propositura desta discussão, é possível afirmar que, a intencionalidade do mesmo, está em poder contribuir para um melhor entendimento das políticas de educação profissional em nosso país, o da ampliação e garantia dos direitos adquiridos reconhecendo, a questão de gênero, no que diz respeito à focalização da educação profissional, da construção e exercício da cidadania, do ponto de vista da discussão teórica e metodológica relacionada com a formulação de propostas educacionais que emanam de órgãos legalmente instituídos na Educação Brasileira.

Portanto, torna-se necessário enveredar por um estudo que permita analisar os aspectos gerais que caracterizam a política educacional – análise teórica do momento histórico e suas contradições na busca da superação da dualidade do sistema educacional brasileiro, seu caráter elitista e excludente, assim como, a influência do modo de produção capitalista, sob a ideologia neoliberal, remetendo-nos às tendências econômico-sociais, culturais presentes no pós 1990.

### 3 DESAFIOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não concluindo, mas refletindo sobre os desafios que esta investigação impulsiona. Reporta-se, neste momento, ao papel do Estado diante das formulações e implementação de políticas públicas nos últimos anos. Conforme, destaca FARAH (2004)<sup>9</sup>, as políticas públicas, nos últimos anos, em seu processo de formulação e implantação foram acompanhadas das exigências pactuadas nos movimentos sociais. Dentre estes novos temas, inclui-se a questão de gênero.

A incorporação da questão de gênero nas políticas públicas tem se dado tanto por programas dirigidos à mulher, como pela incorporação da dimensão gênero em programas de diversos setores, que não têm a mulher como foco específico.

Em se tratando das políticas públicas de educação profissional e gênero no Brasil no Século XXI, inicialmente, pode-se afirmar que o país tem procurado se movimentar e pautar em sua agenda a temática e os anseios dos movimentos sociais. Como consequência do empenho do Estado brasileiro, destacamos: a) A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/ PR), em 1º de janeiro de 2003, com status de ministério; b) Os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, já construídos, mediante resultados de demandas e determinações que emanam de eventos internacionais e nacionais; c) o Programa de Formação Profissional, exemplificando, citamos, o Programa Nacional Mulheres Mil que tem como objetivo oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Implantado, inicialmente, em 2007, como projeto-piloto em

---

9 Aprofundar em FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas Públicas. Estudos Feministas, Florianópolis, 12 (1): 47-71, janeiro-abril/2004.

13 Estados das regiões Norte e Nordeste do país, por meio de uma parceria do Estado Brasileiro com *Colleges* canadenses. Conforme dados do Ministério da Educação e Secretaria de Educação Tecnológica, desde então, cerca de 1,2 mil mulheres foram beneficiadas com cursos profissionalizantes nas mais diversas áreas de formação profissional inseridas nos eixos tecnológicos. Encontra-se estruturado em três eixos – educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Além da profissionalização das mulheres, o projeto sistematiza as metodologias e os saberes desenvolvidos pelos 13 subprojetos no decorrer de quatro anos, de 2007 a 2010. Ao final, este projeto se transformou em política pública integrante do Programa Brasil Sem Miséria do governo federal, e está implantado nos *campi* da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil. O referido Programa encontra-se respaldado legalmente na Portaria do MEC nº 1.015, do dia 21 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de julho, seção 1, página 38.

A partir de uma análise do Programa Nacional Mulheres Mil, pode-se levantar vários questionamentos que ressaltam, em primeiro lugar, o desafio de incorporação do olhar de gênero, na perspectiva das mulheres, frente às políticas públicas educacionais. Ou seja, ao se formular e implementar uma política ou um programa de governo que garanta o direito de igualdade, de acesso a educação, pode-se e deve-se ter consciência de que algumas perguntas precisam ser levantadas, quais sejam:

- a) Como se dá, nesta área, a relação homem-mulher, a relação homem-mulhertrabalho?
- b) A situação da mulher, em sua especificidade (no que se refere a sua história, a sua condição social e cultural) é considerada pelo programa e, se não, isto de alguma forma a prejudica?
- c) Qual a concepção de educação profissional que fundamenta a política ou programa?
- d) Uma vez identificadas, como as desigualdades de gênero no campo da educação profissional, podem ser combatidas pela política ou programa?

Não se trata de encontrar as respostas prontas, mas de destacar que, uma análise sobre as políticas públicas de educação profissional e gênero no Brasil no Século XXI é uma análise de uma construção social em que estão presentes disputa de interesses.

Que interesses?

## REFERENCIAS

ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jaqueline. **O que é Feminismo**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ABRAMO, Laís. **A situação da mulher latino-americana. O mercado de trabalho no contexto da reestruturação. Mulher e Trabalho Experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Bomtempo Editorial, abril de 2000.

CABRAL NETO, Antônio (org.). **Política educacional: desafios e tendências**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

FARAH, M. F. S. **Gênero e Políticas Públicas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12 (1): 47-71, janeiro-abril/2004.

HIRATA, Helena. **Tecnologia, formação e relações de gênero no trabalho**. Revista Educação & Tecnologia. Nº 06, 2003. CEFETs-PR/MG/RJ. Disponível em <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1081/684>.

BRASIL, **LEI DE DIRETRIZES E BASES NACIONAL (LDBEN) 9.394/96**, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Mulheres Mil. Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Brasília, 2011. Disponível em < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602).> Acesso em 10 de abril de 2015.

LIBÂNEO, José Carlos (et al). **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

MOLL, Jaqueline e Colaboradores. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo – Desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ROSEMBERG, F. **Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, n.1, p.47-68, 2001.